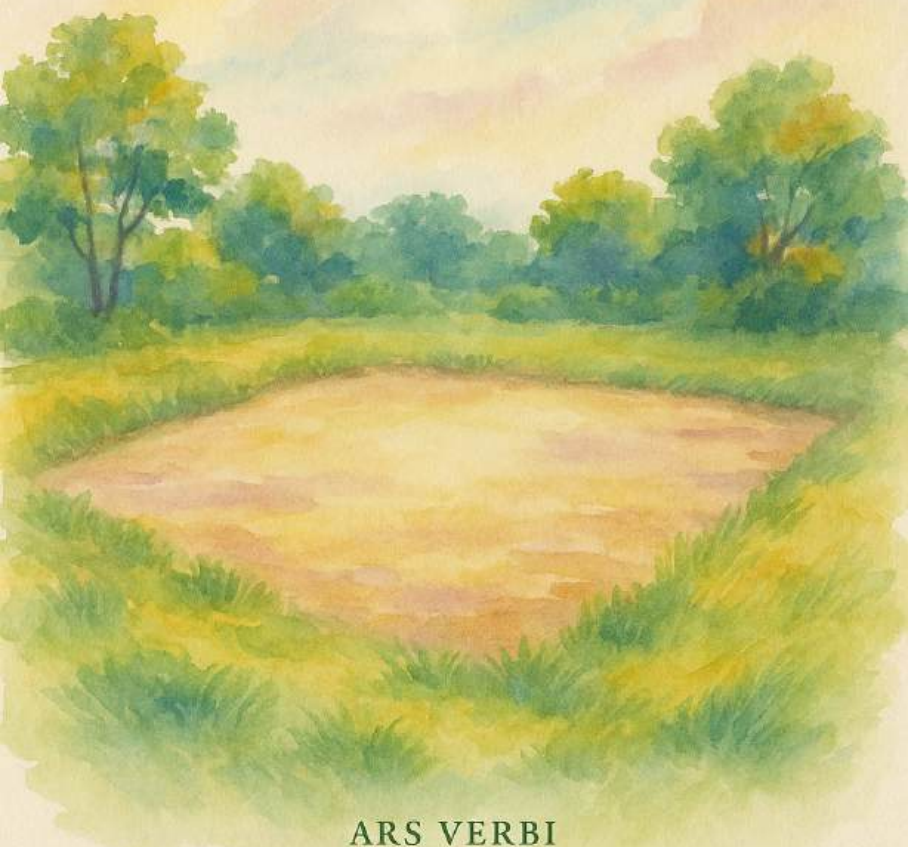


ANTES QUE DERRUBEM

AUGUSTO LA FERE



ARS VERBI

ANTES QUE DERRUBEM

AUGUSTO LA FERE

ANTES QUE DERRUBEM

Edição Digital

LAPA
ARS VERBI
2025

Créditos

Antes que Derrubem

© 2024 Augusto La Fere

Publicado por *Ars Verbi*TM

Lapa, Paraná, Brasil

Edição Digital

ISBN: 978-65-988751-0-7

Esta obra está licenciada sob a Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

Você pode compartilhar e adaptar esta obra, desde que:

- Atribua o crédito ao autor (Augusto La Fere);
- Não a utilize para fins comerciais;
- Publique obras derivadas sob a mesma licença.

Para mais detalhes, visite:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Dedicatória

A todos que sabem que, às vezes, o maior gesto é desaparecer com cuidado.

E àqueles que, mesmo diante do chão limpo, ainda conseguem sentir a pegada.

“Alguns homens passam pelo mundo
como quem não quer deixar marca.
Mas o chão, às vezes, guarda a pegada.”

— *Manoel de Barros*

Sumário

Capítulo 1. A Carta.....	4
Capítulo 2. O Homem do Cartório.....	9
Capítulo 3. A Janela Nunca Fechada.....	13
Capítulo 4. O Diário de Lúcia.....	17
Capítulo 5. O Sumiço do Muro.....	23
Capítulo 6. A Casa que se Apagou.....	26
Capítulo 7. A Casa que Ficou.....	31
Capítulo 8. Três Poemas.....	39
Capítulo 9. O Diário de Lúcia.....	42
Capítulo 10. O Café com Gosto de Árvore.....	49
Capítulo 11. O Diário de Lúcia.....	54
Capítulo 12. Ele não Pisava nas Faixas.....	60
Capítulo 13. A Ex-Noiva que não Casou.....	63
Capítulo 14. O Caderno de Tinta Azul.....	66
Capítulo 15. O Último Corte de Cabelo.....	69
Capítulo 16. A Casa que Gostava de Ser Habitada.....	72
Capítulo 17. O Diário de Lúcia.....	75
Capítulo 18. Antes que Derrubem.....	81
Capítulo 19. O Diário de Lúcia.....	85
Capítulo 20. Conclusão?.....	89
Capítulo 21. O Diário de Lúcia.....	94
Epílogo. O Eco da Casa.....	101

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO
Departamento de Fiscalização e Regularização Fundiária
Avenida das Hortências, 2029 - Gramado - RS - CEP: 95670-000

Despacho Interno — Protocolo 2148/05-ARQ
Sistema Unificado de Gestão Territorial – SUGT

ASSUNTO: Requisição de Demolição - Imóvel Particular

REQUERENTE: Nélcio Vicente Ferreira

ENDEREÇO DO IMÓVEL: Rua das Perdizes, nº 88 – Ipês

DESPACHO:

Recebida solicitação de demolição voluntária, conforme formulário anexo, preenchido de próprio punho pelo requerente. Documentação regular, sem pendências de IPTU, luz ou água. Não consta herdeiro registrado.

Imóvel quitado, com Escritura Simples 734.233/78, datada de 12/01/1978.

O motivo da solicitação não foi especificado.

Requerente não apresentou projeto de reconstrução.

Compareceu presencialmente para assinar.

Encaminhar à Divisão de Obras para ciência e resposta padrão.

Não há urgência legal.

Encaminhado em: 01 de fevereiro de 2005.

Responsável: Elisabeth Kronnig, Eng. Civil - CREA 87.198/RS

Capítulo 1. A Carta

Declaração: Elisabeth Kronnig, funcionária da Prefeitura

Era só mais um papel.

Chegou dobrado em três, como todos. Envelope pardo, selo de cartório, carimbo do correio. Entrei no sistema, busquei protocolo, anotei a data: um de fevereiro de dois mil e cinco. Começava uma terça-feira morna, de verão limpo. Aqueles dias em que a cidade parece pintada. Nenhuma urgência, nenhum barulho.

Demolição voluntária. Assim mesmo, escrito de próprio punho, com letra firme e meio torta: *“Solicito a demolição do imóvel localizado na Rua das Perdizes, nº 88”*. Sem justificativa. Sem urgência. Sem erro de português. Um pedido direto, limpo. Quase sem vontade de incomodar.

Normalmente esses pedidos vêm com laudo. Ou briga de herança. Ou projeto novo. Esse não. Era só isso: um senhor pedindo pra derrubar a própria casa.

Olhei o nome: Nélío Vicente Ferreira. Não constava em nenhum cadastro de assistência. IPTU em dia. Luz quitada. Nenhuma ocorrência de vizinhança. Nada.

Não era um nome comum. Mas também não parecia importante. Desses que não aparecem em jornal, nem nas atas, nem nas festas.

Passei o papel para o lado, preparei o despacho, carimbei a folha com o nome da chefia. Tudo como manda o manual. Nada ali pedia atenção. Nada gritava.

Mas ficou.

Naquela semana, entraram doze pedidos de poda, quatro de iluminação, três reclamações sobre um muro. Um protocolo de loteamento, dois requerimentos de cargo comissionado. E essa carta. Dobradinha, calada.

Voltei a ela na semana seguinte.

Fui ver se tinha algum anexo novo, mas não. O mesmo papel, sem análise técnica, sem planta, sem projeto substitutivo. Quem pede pra demo-

lir quer construir. Ou sair. Ou vender. Ou vingar. Mas esse pedido não vinha com nada disso.

Por curiosidade, fui consultar mais a respeito desse imóvel. A casa era dele. Constava escritura simples, datada de 1978. Era só dele. Nenhum herdeiro registrado. Nenhuma procuração. Nenhuma partilha.

E não era casa abandonada. As contas estavam pagas. A luz era usada. Um consumo baixo, mas regular. Parecia morada de uma pessoa só. Ou de duas que quase não se falam.

Pensei em ligar. Mas não era o protocolo. A gente não liga. Às vezes o protocolo protege. Às vezes cobre a omissão.

Anotei o encaminhamento: “*Encaminhar à Divisão de Obras para ciência e resposta-padrão*”. Deixei na bandeja. E fui tomar café.

A caneca estava com a alça lascada. Tinha sido presente de funcionária antiga. A mesma que avisava: “*Tem papel que volta*”. Na hora, a gente ria. Mas depois de anos... tem papel que volta mesmo.

Voltou em março. Estava na pasta de processos pendentes. Sem movimentação. Sem despacho final. Sem indeferimento. Sem deferimento. Fiquei olhando aquela letra torta. O pedido estava inteiro, mas parecia desbotado.

Fui ao arquivo. Peguei o envelope. Estava lá, carimbo nítido: 01/02/2005. Gramado, RS. O nome dele escrito no remetente com uma letra igual, mas menor. Como se tivesse cansado.

Voltei ao sistema. Busquei por Nélcio. Nada mais. Nenhum outro protocolo. Nenhuma solicitação anterior. Nenhuma posterior. Um só.

Comecei a reparar que o nome me seguia. Em anônimos. Em listas de eleitor. Em lista de isenção. Em um cartão vencido de vacina. Tudo muito velho. Tudo parado.

Com o tempo, o nome virou coisa minha. Ninguém mais lembrava. Não se falava dele nos corredores. Não apareceu em reunião. Não era caso prioritário. Não era caso nenhum.

Mas ficou.

Alguns processos somem por abandono. Outros porque tudo se resolve fora. Mas esse não sumiu. Ele ficou. No mesmo lugar.

Pediram uma limpeza no arquivo tempo depois. Fui eu quem decidiu deixar o papel. Não sei se podia. Mas não tive coragem de eliminar. Ele não tinha resposta. E parecia que esperava alguma.

Em 2007, a Divisão de Obras mudou de sala. Jogaram fora um monte de coisa. Eu fui ver se o processo ainda existia. Estava lá. Com a capa encardida. Mas lá.

Hoje, quando abro o sistema e vejo o nome, sinto um leve desconforto. Como se tivesse esquecido algo. Ou como se algo me esperasse.

Já pensei em ir até a casa. Rua das Perdizes, nº 88. Mas não fui. Tenho medo que ela não esteja mais lá. Ou que esteja.

Era só mais um papel. Mas ficou comigo. E eu fiquei com ele.

Capítulo 2. O Homem do Cartório

Declaração: Zácara Lima, ex-colega de trabalho

Trabalhei com ele. Uns dez anos. Não sei ao certo. A gente não contava o tempo naquela época. Não como agora.

Era o Nélío. Não sei o sobrenome. Todo mundo chamava de Nélío. Ou de “*seu Nélío*”, mais por respeito que por idade. Tinha um jeito mais antigo de andar. De falar. Não sorria fácil. Mas também não era ruim de trato.

A gente trabalhava junto no cartório da Rua Madre Verônica. Registro de Títulos, Firmas e Protestos. Nada glamouroso. Ele ficava na segunda mesa da janela. Sempre com a mesma camisa de botão e a caneta no bolso. Azul. Caneta azul. Sempre a mesma.

Era metódico. Não errava número. Conferia tudo. Conferia duas vezes. Não se atrasava. Chegava antes do café. Sentava, ligava a luz da mesa, e ficava. Quase não saía pro almoço. Às

vezes levava um pacote de bolacha. Maria. Sempre Maria.

Não era meu amigo. Isso eu deixo claro. A gente dividia função, não conversa. Tinha um respeito ali. Uma linha. Ninguém atravessava. Eu, pelo menos, não atravessava.

Ele escrevia bem. De letra bonita, meio inclinada. Eu gostava de ver ele preenchendo livro. Linha por linha. Quando pegava o livro de registro principal, parecia outro tempo. A mão dele não tremia. Parecia que nascido pra aquilo.

Mas era seco. Economizava palavra. Respondia com sim, não, e gesto. Não era de sorrir. Não era de comentar. Se acontecia alguma coisa fora do normal, ele registrava. Mas não falava. Uma vez um homem passou mal no guichê. Ele foi o primeiro a segurar. Depois, voltou pra mesa. Não disse nada.

A gente soube da carta por uma conversa atravessada. Alguém do setor de obras comentou na fila da copa. “*Um senhor pediu pra demolir a própria casa. Rua das Perdições.*” Alguém disse o nome. E eu pensei: Não é possível.

Depois fui conferir. Tava lá. O nome dele. Mesma letra. Mesmo traço. Uma frase curta. E a assinatura. Igual a dos livros.

Ninguém entendeu. Nem eu. Mas ninguém foi atrás. A gente não tinha esse hábito. Cada um com sua vida. Cada um com seu endereço. Eu nem sabia onde ele morava. Nunca fui. Nunca fui chamado.

Teve um dia que ele não foi. E depois mais um. E depois disseram que ele tinha se desligado. Não pediu festa. Não fez discurso. Não deixou lembrança. Só saiu.

Ficou uma pasta com uns documentos dele. Nada pessoal. Só ofícios, memorandos. Coisa velha. Acabou indo pro arquivo morto.

Às vezes eu passo perto da Rua das Perdizes. Nunca reparei qual é o número 88. Nunca quis procurar. Não sei se ainda tem casa lá. Não sei se foi mesmo demolida. Não tenho por que saber.

Só sei que ele não errou nunca um registro. Nem uma assinatura. Tudo o que ele fazia era

certinho. Por isso, até hoje, me pergunto: por que derrubar a própria casa?

Mas não era comigo. Nunca foi. E mesmo assim, tá aqui, na minha cabeça, ainda.

Capítulo 3. A Janela Nunca Fechada

Declaração: Odete Valdez, vizinha da frente

Minha janela dá bem pra frente da casa dele. Sempre deu. Desde que me mudei pra cá, em noventa e cinco. A rua era mais quieta, menos cheia de carro. Mas a casa dele já estava lá. Com a cerca baixa e aquele portão que não rangia nunca.

Eu acordava cedo, fazia café e abria a janela. Sempre fiz isso. Nunca fui de dormir muito. Acordo antes do sol. Mesmo agora.

Ele já estava acordado também. Sempre. Varriamos a calçada quase juntos. Eu de um lado, ele do outro. Nunca combinamos. Era do tipo que cumprimentava com a cabeça. Não era de conversa. Mas também não era rude. Era... contido. Isso. Como quem tem um mundo dentro e não quer que os outros mexam.

A casa dele era limpa. Bem cuidada. Telhas alinhadas, pintura simples. Sem flor. Sem bicho.

Sem vozes. Nunca ouvi som alto vindo de lá. Nunca ouvi discussão. Nunca vi visita.

Teve uma época que ele saía todo dia no mesmo horário. Acho que trabalhava. Depois parou. Continuava acordando cedo, varrendo, sentava um pouco na frente da casa, em uma cadeira de praia. Lia jornal. Depois entrava. E a casa ficava quieta.

Eu sempre achei que ele morasse sozinho. Mas não tenho certeza. Nunca vi mais ninguém entrando. Nem entregador. Nem parente. Nem criança.

Uma vez a luz de sua casa ficou acesa por três dias direto. Achei estranho. Mas depois apagou. E ele apareceu de novo, varrendo a calçada em frente do portão. Achei melhor não perguntar.

Soube da carta meses depois. Uma amiga minha trabalha na prefeitura. Comentou por cima. Um senhor tinha pedido pra demolir a própria casa. Não disseram nome. Mas eu soube. Não sei como. Soube.

Depois dessa notícia comecei a reparar mais na vizinhança. A calçada dele não foi varrida um

dia. Depois outro. O mato cresceu nas beiradas do meio-fio e do muro. A luz da casa apagada. A caixa de correio cheia. Um papel voou do portão, mas ninguém recolheu. Era conta de água. Fiquei olhando por um tempo. Até que voou pra rua.

Pensei em atravessar. Bater. Mas não bati. Não era meu costume. Nunca fui do tipo de meter o nariz. Não sei se isso é desculpa. Mas é verdade.

Um dia, ele não apareceu mais. A casa ficou. Inteira, mas vazia. Silenciosa. O vidro da janela que dava pra rua ficou sujo. A lâmpada da entrada queimou. Ninguém trocou.

Ficou assim. Por meses. Depois tiraram o hidrômetro. Alguém passou fita na caixa de luz. Sinal de desligamento. Mas a casa ainda estava lá. Sem placa, sem aviso, sem movimento.

Não sei por que pediu pra demolir. A casa não parecia condenada. Nem caindo. Parecia... discreta. Como ele.

Hoje ainda olho. A janela da minha cozinha segue aberta. Nunca fecho. Mesmo no frio. Gosto de ver a rua. Mas a casa dele não está mais lá.

Derrubaram? Não sei. Não vi. Não houve barulho. Talvez tenha sumido de outro jeito.

Só sei que eu via. Todo dia. E não fiz nada. Não atravessei.

Minha janela ficou aberta. A dele, nunca soube.

Capítulo 4. O Diário de Lúcia

Parte 1

03/07/07

13:46

Fui designada hoje. **Protocolo 402/07**. Apuração administrativa sobre demolição irregular, sem alvará e sem recolhimento de taxas. Imóvel urbano, zona central, Rua das Perdizes, 88. Proprietário: Nélcio Vicente Ferreira. Atribuição: minha.

No despacho constam três pontos: 1) apurar como a demolição ocorreu sem autorização ou registro; 2) averiguar a ausência de recolhimento tributário; 3) identificar os responsáveis pela propagação de uma narrativa paralela nos órgãos de comunicação e no imaginário popular, conhecida como "*A Casa que Desaparece*".

Não há menção formal a danos políticos, mas não sou ingênua. Está claro que a pressão parte do gabinete. Não é o dinheiro que preocupa. É

o incômodo. A população aderiu a uma história. E toda vez que uma história ganha corpo, o prefeito perde comando.

Designação direta, sem consulta. Nenhuma surpresa. Quando o problema é opaco, sobra pra mim. Já me acostumei a entrar onde os outros não querem ser vistos. Esse tipo de processo não dá resultado político, não gera manchete positiva e muito menos garante promoção. O máximo que se espera é que eu encerre o assunto com a linguagem mais neutra possível.

Nunca houve menção ao meu nome nas promoções. Nunca recebi um elogio formal. Mas sempre que a mesa suja, sou chamada pra limpar. Sou a que resolve sem deixar rastro. A que não complica. A que não aparece. E por isso mesmo, a que serve.

A solicitação veio do Gabinete da Chefia, sem assinatura pessoal, apenas com o carimbo do Setor Administrativo e a rubrica que já conheço bem. Discreta, metódica, como quem prefere que tudo se resolva no andar de baixo. O recado não estava nas palavras do despacho, mas na forma como chegou: envelope pardo, sem destaque, deixado sobre minha mesa ainda antes

das oito. A responsabilidade vem como quem empurra um peso que já caiu do lado de cá.

Meu gabinete fica no fim do corredor do segundo andar. Três janelas altas, armário velho com pastas indexadas por década, cafeteira pequena com ruído constante. Os servidores que passam por ali baixam o tom da voz. Não por medo. Por conveniência. Sabem que aqui se resolvem os casos que ninguém quer deixar registrados.

Este caso tem peculiaridades incômodas. O imóvel consta em registros antigos, mas foi apagado da paisagem. Não há rastro de obra, entulho, contrato, caçamba. Nenhum vizinho registrou ocorrência. Nenhum fiscal passou pela rua. Ainda assim, a casa não está mais lá. O terreno está limpo, murado, mas sem indicação de atividade recente. Como se tivesse evaporado.

Mais do que a irregularidade formal, o que pesa é o ruído. A narrativa popular, essa tal de “*casa que desaparece*”, virou assunto em escolas, rodas de conversa, igrejas, e até nas filas do hospital. Já há um panfleto com a imagem de uma casa em traço infantil e a frase: “*Se até a casa some, o que dirá o povo?*”. Um vereador de oposição já

usou isso em discurso. A imprensa local está rondando.

Não tenho interesse nessas histórias. Meu trabalho é verificar fatos, atribuir responsabilidades, propor medidas. Mas é evidente que o caso está contaminado por expectativa. Vão querer resultado rápido. Vão querer que se nomeie um culpado, que se devolva o valor não recolhido, que se demonstre que há controle. E talvez não haja.

Comecei hoje a montar a linha cronológica. Solicitei as imagens de satélite dos últimos 12 meses. Vai custar caro... Pedi acesso aos registros de protocolo da Secretaria de Obras, mesmo os que foram indeferidos. Vou cruzar com o sistema do ISSQN1 para ver se houve contratação de serviço formal. Mas a tendência é que o processo seja seco. Nada vai aparecer. E, por isso mesmo, a pressão vai aumentar.

Conversei por telefone com uma servidora da secretaria que me disse, em tom de off: *“Esse homem não dava trabalho. Pedia tudo certinho. Não era de incomodar.”* Fiz anotação no caderno de anotações pessoal. Não vou incluir em relatório. Por enquanto.

Como passo inicial busquei quem era o proprietário da tal casa. O nome dele é Nélio Vicente Ferreira. Cartorário aposentado. Não há pendências no nome. Nenhum processo ativo. Nenhum histórico disciplinar. Parece ter vivido como o desaparecimento dessa casa: sem alarde.

O clima na repartição hoje era o de sempre. Um revezamento entre o tédio burocrático e os pequenos interesses de sobrevivência funcional. Comentam-se coisas menores com zelo: quem ganhou um computador novo, quem conseguiu passar para o setor de licitações, quem tem padrinho na chefia. O meu nome nunca aparece nessas conversas. Ninguém quer sentar onde estou. E eu não me movo. Não por gosto. Por perfil. Sou boa no que faço. E o que faço é silencioso.

Amanhã inicio as oitivas. Vou começar pela vizinhança, pelos antigos colegas de trabalho e pelo Setor de Obras. Se houver padrão no relato popular, registro. Se houver ruído, tento filtrar. O objetivo é simples: recuperar os fatos. Mas sei, por experiência, que quando um caso entra com cheiro de história, ninguém mais quer saber do fato.

O que me causa incômodo é saber que, mais uma vez, sou eu a empurrar a máquina no escuro. O serviço invisível. O tipo de função que ninguém reconhece porque, se der certo, parece que nada houve. E se der errado, recai toda a culpa.

Ainda não orientei a sindicância: apontando Nélio como sindicado, mas onde há dolo? Talvez não caiba ainda. Mas é possível que não haja dolo, não haja fraude, não haja nada além de um gesto fora do esperado. E isso é justamente o que mais irrita esse tipo de estrutura: o gesto que não cabe no quadro.

Segundo bocas pequenas, esse homem desapareceu. Por vontade própria? Apagou a casa com consciência e sem deixar dano? O que exatamente se quer punir? Está vivo, está morto, está o quê?

Não cabe a mim responder isso. Cabe conduzir o processo, colher os dados, e encaminhar com clareza. É o que farei.

Capítulo 5. O Sumiço do Muro

Diligência: as crianças da Escola Infantil Madre Clélia

Júlia: Eu vi a casa sumir. Com meus olhos. Juro.

Pedro: Tu não viu nada. Tava gripada.

Júlia: Vi sim! Ela tremeu, fez tipo um assopro... e puff! Desapareceu.

Milena: Não foi puff. Foi tipo... fluuu. Igual sacola voando, mas bem devagar.

Caio: Meu primo disse que a parede virou poeira com brilho. Ele viu da janela da cozinha.

Ana Clara: Mas e o portão?

Mateus: Sumiu também. Ficou só o chão. E uma marquinha torta. Como se alguém tivesse apagado com borracha nova.

Lucas: Minha mãe falou que é obra. Que vão construir ali.

Milena: Mas não tinha caminhão. Nem saco de cimento. Nem entulho.

Pedro: Nem barulho! Casa sempre faz barulho pra sumir.

Júlia: Só tinha vento. Um vento diferente.

Caio: Ele rodava só ali. Nem mexia a árvore. Só a casa.

Ana Clara: E o homem?

Milena: Sumiu junto.

Mateus: Eu acho que ele ensinou a casa a sumir.

Pedro: Como se ensina isso?

Júlia: Ele cuidava dela. A casa gostava dele. Igual bicho. Aí, quis ir junto.

Lucas: Minha avó falou que isso é bobagem. Casa não tem vontade.

Caio: Mas e se tem?

Ana Clara: A casa da minha tia piscou a luz de madrugada. Três vezes.

Mateus: A do prédio da frente fechou a porta sozinha no domingo.

Milena: A do Zeca tá torta há dias. Ninguém consegue arrumar.

Pedro: Será que elas tão tentando?

Lucas: Talvez o vento esteja ensinando agora.

Caio: Ou talvez estejam lembrando.

Júlia: A professora mandou parar de falar disso.

Ana Clara: A diretora colou bilhete: “Assunto Encerrado”.

Todos (baixo): Mas a gente sabe.

Milena: A gente viu.

Mateus: A gente fez um clube. “Clube das casas que querem sumir”.

Pedro: Pra entrar, tem que desenhar a sua casa indo embora.

Júlia: A minha virou nuvem.

Milena: A minha ficou invisível. Mas dava pra ouvir ela suspirar.

Lucas: A minha se apagou com uma borracha gigante, igual a do quadro.

Caio: A minha virou folha branca. Sem porta. Sem ninguém.

Ana Clara: E a do moço?

Mateus: Tá em outro lugar. Talvez no céu. Talvez embaixo da terra.

Pedro: Ou dentro do vento.

Milena: Sonhei que ela voltou uma noite. Só que mais leve. E deixou um bilhete.

Lucas: O que dizia?

Milena (baixo): “Algumas casas aprendem. Algumas pessoas deixam.”

Júlia: A gente vai contar pra alguém?

Ana Clara: Não. Os adultos não escutam direito.

Pedro: Mas... e se outras começarem a sumir?

Ana Clara: Aí eles vão ter que acreditar.

Capítulo 6. A Casa que se Apagou

Diligência: jovens da Escola Dom Pedro II

A casa existia. Todo mundo sabia.

Velha, com muro baixo e janelas marrons. Tinha um cachorro que não latia e uma samambaia triste pendurada no varal. Ficava na Rua das Perdizes, número 88, no Bairro dos Ipês. A gente passava por ela todos os dias, indo pra escola.

E aí, de um dia pro outro, não tava mais lá.

Sem entulho, sem obra, sem tapume.

Sumiu.

O terreno nem ficou vazio — é isso que é mais estranho. É como se nunca tivesse tido uma casa ali. A calçada segue lisa, com o mesmo padrão, sem rachadura, sem sinal de demolição. Só que... a gente lembra. Muito bem.

- E o cachorro que não latia?
- E o sino enferrujado da porta?
- E aquela vez que caiu um raio no portão?
- E a foto do Jefferson com a casa no fundo?

A gente começou a perguntar. Primeiro pros adultos. Resposta: *“Acho que você tá confundindo.”* Depois na escola. Resposta: *“Essa casa nunca existiu, minha filha.”* Até o seu Dirceu, que mora na mesma rua há trinta anos, disse: *“Lá nunca teve nada. Sempre foi calçada.”*

Mentira.

A Milena encontrou uma foto de celular com câmera VGA, em que ela aparece de bicicleta bem em frente à casa. Dá pra ver o número na parede. O Raul achou uma foto revelada com o portão aparecendo atrás, meio torto. O Matheus tinha um trabalho da 6ª série com um desenho da casa feito a lápis. E o mais forte: uma filmadora da tia do Dudu tinha gravado uma cena em 2005, e no fundo aparecia a casa inteira, com a samambaia e o portão marrom.

A gente juntou tudo numa pasta de cartolina vermelha. Escrevemos em cima: *“Provas da Casa 88”*. Mostramos pra professora de Geografia.

Ela olhou, disse “*curioso*” e devolveu. O vice-diretor mandou a gente parar com “*essas histórias sem base*”.

Mas aí a coisa cresceu. A gente colou cartazes feitos com canetão e cola branca pelos corredores da escola: “*Onde está a casa?*”.

Tinha desenho, tinha flecha, tinha legenda: Ela existiu. Um deles foi parar no quadro de avisos da secretaria. Sumiu no dia seguinte.

Fizemos um fanzine com recortes de jornal antigo, relatos dos nossos avós e cópias das fotos. Tiramos xerox e distribuímos na saída da escola. Alguns acharam legal. Outros disseram que a gente tava “*viajando*”.

Mas a cidade começou a escutar.

O jornalzinho do bairro fez uma nota curta:

“*Estudantes questionam possível desaparecimento de casa antiga na Rua das Perdizes.*”

No dia seguinte, o texto foi arrancado da parede da padaria. Disseram que “*não era coisa pra ficar espalhando*”.

O grupo do Grêmio Estudantil quis ajudar. A gente redigiu um abaixo-assinado à mão, folha de caderno mesmo, pedindo à Prefeitura explicações sobre a casa. Conseguimos 147 assinaturas. Protocolamos com ajuda de uma tia nossa, que trabalha num setor lá. A moça do balcão sussurrou:

— “*Eu lembro. Pegava o ônibus bem ali.*”

Depois disso, pararam de falar. Mas a gente seguiu.

Na biblioteca pública, achamos um mapa da cidade de 1997. Lá constava o número 88. Em outro de 2006, já não aparecia mais. Pulava do 86 direto pro 90.

A Prefeitura respondeu com um aviso impresso e afixado na escola:

“*Não consta registro de edificação no número citado. Recomendamos cautela com informações não verificadas.*”

Não consta.

Mas a gente sabe.

A gente não quer fama, nem confusão. A gente só quer saber: pra onde foi a casa?

Porque algumas coisas, mesmo quando se apagam, insistem em deixar rastro.

E a gente viu.

Capítulo 7. A Casa que Ficou

Juntada: Nota da Imprensa

Entre registros apagados e ruínas invisíveis, o Gramado Tribuna investiga a história que a cidade não quer contar.

Por **Andréa Müller**, especial para o Tribuna.

O que acontece quando uma casa desaparece — e ninguém parece lembrar que ela esteve ali?

Desde meados de maio, Gramado convive com um ruído incômodo: a história de uma casa que, segundo estudantes, moradores antigos e registros esquecidos, existia na Rua das Perdições, número 88, no Bairro dos Ipês — e que teria sido removida, apagada ou escondida sem alvará conhecido, sem notificação oficial, sem explicação plausível.

O caso, antes restrito ao ambiente escolar, ganhou força após a circulação de fotos impressas, desenhos antigos e uma filmagem feita em câmera doméstica, mostrando o imóvel em mo-

mentos distintos — primeiro presente, depois ausente. O vídeo original, gravado em fita mini-DV, foi exibido em reunião do grêmio estudantil e reproduzido em cópias distribuídas entre os alunos.

Mas o mais curioso não é o desaparecimento da casa.

É o fato de que ninguém parece querer admitir que ela existiu.

Uma casa fora dos registros

Começamos a apuração pelo básico: os papéis.

Nos arquivos físicos da Prefeitura, em uma pasta marcada “*Cadastro Inativo 2005–2007*”, encontramos referência ao número 88 da Rua das Perdizes. O imóvel, segundo ficha de 1997, pertencia a um homem chamado Nélvio Vicente Ferreira, solteiro, aposentado, morador solitário. O terreno media 9,5 metros de frente por 28 de fundos. O último pagamento de IPTU foi registrado em 2005. Após isso: silêncio e nenhum registro mais – nem emissão de novos tributos.

Ao buscar a matrícula no cartório de registro de imóveis, encontramos um carimbo inesperado: “*Imóvel inexistente — cancelamento por desdobro urbanístico*”. O desdobro, no entanto, não consta no plano diretor da época. Um dos funcionários nos disse, fora do gravador:

— Isso acontece. Às vezes o terreno “*some*” pra poder ser readequado no sistema. Mas nesse caso... não sei. É como se apagassem até a memória do sistema.

Moradores divididos

Conversamos com dez moradores da Rua das Perdizes. Cinco disseram nunca ter visto casa alguma naquele trecho. Três disseram “*achar que já teve algo ali*”. Dois foram taxativos:

— Existia sim. Era uma casa modesta, sempre fechada, meio sombria. O homem que morava lá quase nunca saía. Mas todo mundo sabia que ele estava — conta Dona Míriam, 72 anos, moradora do número 92.

— Me lembro porque tinha uma planta diferente no muro. Uma árvore com folhas que pareciam de pano. Quando passava vento, ela fazia um som... abafado, estranho. Aquilo ficou na memória — diz Heitor Campos, que vive no bairro desde os anos 80.

Fomos até a Escola Dom Pedro II, onde os estudantes que divulgaram as imagens estudam. A direção preferiu não dar entrevista, mas confirmou que houve “*excesso de ruído*” por parte de alguns alunos em setembro, com cartazes desenhados à mão e imagens fotocopiadas afixadas nos corredores.

Um professor, sob anonimato, revelou:

— Os alunos têm provas. Não são invenções. Eu vi. Tem uma filmagem em que o garoto passa de skate e, ao fundo, aparece a casa. Portão marrom, cortina vermelha. Eu lembrava também. Só que agora... não sei mais.

Fragmentos de prova

A equipe do Tribuna teve acesso a uma planta do bairro datada de 1993, onde o lote número 88 aparece como “*residência unifamiliar — regulari-*

çada”. Em outra planta de 2007, já digitalizada, a numeração salta do 86 para o 90. O nome de Nélío desaparece das bases cadastrais.

Solicitamos cópia do arquivo fiscal da Secretaria de Planejamento Urbano. A resposta foi:

“Não consta edificação ativa, nem lançamento tributário para o logradouro citado.”

Ao questionarmos sobre a discrepância, o servidor respondeu:

— Pode ter havido reorganização territorial. Ou pode não ter existido mesmo. Só sei que não está mais.

Imagens que incomodam

A filmagem original circula em DVDs gravados entre os próprios alunos. Em uma das cenas, feita em 2005, um grupo brinca na calçada e a casa aparece ao fundo: janelas fechadas, samambaia no varal, número 88 pintado à mão. Hoje, o local é uma faixa contínua de concreto, sem ranhura, sem degrau, sem sinal de portão.

As autoridades locais recusam comentar o conteúdo visual. O vereador Moacir Fernandes, ao ser questionado, disse apenas:

— Vídeo não é documento. E sinceramente, isso já está virando chacota.

Mas o incômodo é visível. A Câmara recebeu um abaixo-assinado manuscrito com 147 assinaturas exigindo resposta sobre a casa. A prefeitura, por meio de nota oficial fixada no mural da sede, declarou:

“O município não reconhece nenhum imóvel no endereço mencionado. As imagens apresentadas não constituem elemento técnico verificável.”

Uma história que não encaixa

Consultamos o historiador municipal Osmar Bittencourt, autor do livro *Lugares Perdidos de Gramado*. Ao assistirmos juntos à filmagem, ele respondeu:

— Esse tipo de coisa acontece em cidades onde o arquivo foi negligenciado. Mas aqui é mais do que negligência. É negação ativa.

— Como assim? — perguntamos.

— O problema não é a casa sumir. É as pessoas fingirem que nunca souberam que ela estava ali.

Bittencourt cita ainda que a Rua das Perdizes já teve outros casos de “*falhas documentais*”, especialmente em 1979, quando uma revisão do mapa urbano apagou cinco lotes da esquina com a Rua Vicente Calliari. Nenhum foi recuperado.

Uma casa que não quer sumir

Na tarde da última sexta-feira, nossa equipe foi até o local onde a casa teria existido.

Do número 86 ao número 90, há uma sequência de calçadas recém-pintadas. Os portões vizinhos não encostam — há um desnível de 90 centímetros, um “*respiro*” inexplicável no concreto. Medimos a largura da ausência: exatos 9,5 metros. O mesmo descrito na matrícula de 1997.

Ali, há apenas silêncio. Nem mesmo placas. Nem sombra.

Crianças passavam de bicicleta.

Perguntamos a uma delas:

— Você já viu uma casa aqui?

Ela respondeu:

— Minha irmã diz que tinha. Mas minha mãe fala que não pode falar disso.

Conclusão

A reportagem não encontrou provas definitivas de que a casa de número 88, na Rua das Perdi-
zes, existiu formalmente até 2005.

Mas encontrou algo mais difícil de catalogar:
medo de lembrar.

Talvez a questão não seja por que ela sumiu.

Talvez a questão seja: o que havia dentro dela
que tantos querem esquecer.

Capítulo 8. Três Poemas

Cópia anexada ao diário

I.

Veio dobrado, só com data e selo.
Nenhuma flor, nem frase protocolar.
Foi como o fim que não deseja altar:
um fim discreto, cinza, paralelo.

O nome impresso — e logo atrás, o gelo
do “inativo” a frio carimbar.
A cifra exata a se desintegrar
no fim do mês, sem festa, sem novelo.

Ali findava o tempo em que valia
levantar cedo, andar, cumprir, calar.
Agora, enfim, a folha não pedia.

E o homem, que aprendera a não faltar,
viu que ninguém mais via a moradia
de quem só resta após deixar de estar.

II.

Um copo, um casaco, um prato, um fio.
Três contas pagas, livros sem brio.
Um vão na estante, um rastro no espelho.
Silêncio inteiro num espaço velho.

Deixou-se assim, sem vírgula ou enredo,
num canto limpo, sem rumor, sem medo.
Apagou a matéria com ternura,
como quem varre a sombra de uma jura.

Deixou de si o quase — mas completo.
Nenhum protesto, glória ou panfleto.
Só o vazio, tingido de estrutura.

E no lugar da voz, deixou medida:
a leve exatidão de uma partida
feita por dentro, em paz — e sem ruptura.

III.

Na repartição, não houve uma demora.
O crachá foi entregue, e a chave, posta.
A porta não rangeu, nem bateu a encosta.
Saiu no tempo exato. Foi-se agora.

Ninguém notou. Nem mesmo a voz resposta
do ponto eletrônico diz a hora.
A mesa foi varrida, a estampa, morta.
Mas algo no vazio ainda implora.

Não pelo nome — ele já não reclama —
mas pelo gesto antigo de presença
que vive até depois que a função se inflama.

A máquina o esqueceu. Mas há uma crença:
o que não tocou no sino deixa a chama
do que existiu sem ruído... e ainda pensa.

Capítulo 9. O Diário de Lúcia

Parte 2

09/07/07

7:48

Cheguei mais cedo hoje. A sala ainda estava escura, mas a luz automática do corredor piscou antes de acender de vez. Esse intervalo entre o escuro e o claro me parece mais honesto do que a estabilidade da lâmpada. A cidade também parece hesitar durante as segundas-feiras de manhã. Durante alguns minutos, tudo está em suspensão: o ruído, o trânsito, a obrigatoriedade. Depois, tudo recomeça.

Comecei a montar a linha cronológica do processo. Há falhas. Há vazios. O sistema salta do pedido de demolição para a inexistência do imóvel. Entre esses dois pontos, o espaço se fecha. Nenhuma foto. Nenhum alvará executado. Nenhum entulho registrado. Nenhuma caçamba. Nem um vizinho reclamando do barulho.

Ontem fui até o local. Rua das Perdizes, nº 88. Dois portões vizinhos que não se encostam. Calçada limpa. Uma leve diferença no cimento, quase imperceptível. Nove metros e meio de continuidade desmentida.

Não fotografei. Não fiz anotação oficial. Não estava em função naquele momento. Fui por desconforto. Por tentativa de olhar com os próprios olhos.

No fim da tarde, passei pela biblioteca do centro. Não sei ao certo o que fui procurar. Apenas segui um ruído antigo. Um registro atravessado na memória: alguém dizendo que Nélío era poeta, que ele escrevia. Uma coisa vaga.

Conversei com a funcionária mais antiga. Ela não quis confirmar. Mas disse:

— *“Se ainda tiver algo, deve estar lá embaixo. Na indexação antiga.”*

Fui até o subsolo. Luz amarela, armários altos, cheiro de mofo seco. Em uma prateleira lateral, entre fichas encadernadas, havia uma pasta sem lombada. Marrom. Sem carimbo. Dentro, três folhas datilografadas. Sem timbre, sem assinatu-

ra. Papel encorpado. Texto justificado. Poemas. Três.

Lidos sem pressa. Nenhum deles tinha título. Nenhuma data. No rodapé da última folha, a lápis, alguém escrevera um nome. Riscaram depois. Ainda se lia: "*Nélio*".

Guardei as folhas na mesma ordem. Voltei a fechá-las. Devolvi ao lugar. Não tenho função para isso. Não há pertinência funcional. Tampouco há protocolo que me autorize a anexar três poemas a uma apuração sobre demolição. São apenas papéis. Palavras. Riscos apagados.

Mas algo naquela escrita continha o mesmo gesto que venho perseguindo neste processo: a vontade de não permanecer. Mas de não partir sujo.

Anotei, no meu caderno pessoal, sem valor administrativo:

“Três poemas. Estilo contido. Caligrafia a lápis: 'Nélio'. Riscaram depois. Nada confirma. Mas há um traço.”

Não é evidência. Não é prova. Mas talvez explique por que ele não deixou bilhete, nem herdeiro, nem ruína.

10/05/07
16:11

Recebi hoje a resposta da Secretaria de Obras. Confirmam que houve solicitação de demolição voluntária no dia 1 de fevereiro de 2005, sob o número de protocolo 2148/05-ARQ, preenchida de próprio punho por *Nélio Vicente Ferreira*. Documentação regular. Porém, não há registro de execução. Nenhuma caçamba solicitada. Nenhum entulho registrado. Nenhuma vistoria agendada. Nenhuma baixa formal da edificação no sistema técnico. A solicitação existe. O cumprimento, não.

Conversei com dois servidores antigos. Um lembrou de um pedido incompleto. O outro disse que a casa não existia. Nenhum dos dois quis formalizar.

11/05/07

19:02

Estou sozinha na sala. As luzes automáticas do corredor apagaram. A minha ainda está acesa. O cursor do computador pisca sobre a tela em branco: “Justificativa de Encerramento”.

Não sei o que escrever. Nada se comprova. Nada se nega.

O desaparecimento da casa é absoluto demais para o tipo de papel que usamos aqui.

Talvez eu escreva:

“Imóvel não encontrado em registros vigentes. Procedimentos internos não apontam responsáveis. Recomenda-se arquivamento por ausência de objeto verificável.”

Ou talvez eu apenas feche o sistema por hoje. Não por omissão. Mas por cansaço.

A casa sumiu. E, com ela, o que nos obrigava a olhar.

Não sei o que restou. Mas alguma coisa ficou.

Capítulo 10. O Café com Gosto de Árvore

Declaração: Letícia Ensoari – proprietária do *Café Tradição*

Nunca perguntei o nome dele. Aqui a gente aprende a servir sem saber tudo. O que a pessoa pede, como gosta do café, onde gosta de sentar. Isso é o que importa. Nome, só se vier na comanda. Ele nunca precisou.

Era o homem do casaco marrom. Sempre o mesmo. Um pouco puído nos cotovelos, com cheiro de rua limpa. Vinha nas terças e quintas, sempre entre sete e sete e meia. Entrava como quem já estava, sem fazer barulho. Cumprimen-tava com um “*bom dia*” quase inaudível e ia di-reto pra mesa do canto, perto da janela, mas de costas pra rua.

Pedia o café da garrafa de cima do fogão, a mais antiga. Dizia que tinha gosto de árvore. Falava isso sério, sem brincadeira. “*Esse tem gosto de árvore*”, ele dizia. Nunca soube se era elogio ou só jeito de nomear o amargo. Nunca quis trocar. Uma vez tentei dar o da garrafa nova, e

ele percebeu. Só disse: “*Esse não.*” Depois daquele dia, não troquei mais.

Tomava o café em silêncio. Três goles. Sem açúcar. Às vezes usava o guardanapo, às vezes não. Sempre dobrava e deixava ao lado da xícara. Pagava com moedas, contadas com calma, e dizia “*obrigado*” como se estivesse devolvendo o favor de estar ali.

Não puxava conversa, mas não era seco. Ouvia o rádio do balcão, olhava os outros clientes. Nunca interrompia. Tinha um jeito de estar presente sem incomodar. Como uma planta de canto, que pega sol de lado e perfuma a sala sem pedir atenção.

Nunca o vi com pressa. Sentava com o casaco no colo, os dois pés juntos, a coluna ereta. Ficava ali por quinze minutos. Vinte, no máximo. Depois se levantava, ajeitava a cadeira no lugar e saía. Sempre pelo mesmo lado. Sempre sem deixar marca.

As meninas aqui chamavam ele de “*o do silêncio*”. Diziam que devia ser viúvo. Ou ex-alguma coisa. Mas ninguém sabia de nada. Uma vez perguntaram se ele morava por perto. Respondi

que não sei. Porque não sei mesmo. Ele nunca falou de si. Nem uma vez. E eu nunca perguntei.

No dia em que ele não veio, estranhei. Mas achei que fosse chuva. Ou gripe. Quando passou uma semana, guardei o copo que usava. A gente tem alguns que não combinam com o resto. Um deles era o dele. Fundo grosso, vidro manchado, mas que mantinha o café quente. Quando ele não voltou, pus o copo na prateleira de cima. Não era por saudade. Era por hábito.

Ninguém perguntou por ele. Nem os que vinham nos mesmos horários. Como se a ausência fosse discreta demais pra virar falta. Mas eu notava. A mesa ficava vazia de um jeito diferente. Não era espera. Era pausa. Como se o lugar soubesse.

Nunca aconteceu de ele vir fora dos dias. Terça e quinta, sempre. Mesmo nas semanas de chuva ou no inverno forte. E nunca veio em feriado. Por isso sei que era rotina. Como quem cumpre algo. Mas o quê? Não sei. Talvez só o ato de estar ali. De existir um pouco fora de casa.

Teve uma manhã em que uma senhora sentou na mesa dele. Era nova no bairro, eu acho. Quando fui levar o café, hesitei. Tinha vontade de dizer “*essa mesa era de alguém*”. Mas não disse. Ela não teria como entender. Ou talvez tivesse. Porque, depois de tomar o café, ela ficou olhando pela janela por uns bons minutos. Sem celular, sem jornal. Só olhando. Como ele fazia.

Nunca o vi sorrir. Mas também nunca vi cara de tristeza. Era um tipo de serenidade que não pesa. Só passa. Como brisa. Como cheiro de pão cedo. Como sombra de árvore.

Um dia, organizando os talheres, achei um guardanapo com uma frase escrita a caneta azul. Estava entre os outros, já usado. Dizia: “*terça de madeira, gosto firme*”. Reconheci a letra. Era dele. Não mostrei pra ninguém. Joguei fora. Aquilo era dele. E, por alguma razão, não era pra ficar.

Tem gente que se faz notar. Ele não. Ele se fazia entender sem falar. O tipo de pessoa que a gente reconhece pelo jeito de tocar a xícara. Ou pelo silêncio que deixa quando sai.

Hoje em dia, a mesa está ocupada por outros. Mas nunca por muito tempo. É como se o lugar não se deixasse prender por mais de meia hora. O café da garrafa antiga ainda existe. Alguns pedem. Mas ninguém mais diz que tem gosto de árvore.

Ele vinha, tomava o café, e ia embora. Só isso. E mesmo assim, deixou marca. Não na parede. Não no livro de registro. Mas no modo como a gente sente que falta alguma coisa.

Não sei pra onde ele foi. Nem sei se ele foi. Só sei que parou de vir. E que, desde então, o café nunca mais teve o mesmo gosto naquela hora.

Capítulo 11. O Diário de Lúcia

Parte 3

12/07/07

8:02

Quanto mais avanço na apuração da demolição, menos encontro sobre a demolição. Em contrapartida, quanto mais mergulho nos documentos, nas oitivas e nas circulares antigas, mais aparecem vestígios de *Nélio Vicente Ferreira*. Pequenos gestos. Um bilhete com letra parecida. Um carimbo conferido por ele em 1999. Uma ficha de requerimento assinada com sua letra. Um comprovante de cadastro em evento interno, setor de apoio. Rascunhos, rastros, ruídos leves de quem, ao que tudo indica, nunca quis permanecer. E ainda assim, permaneceu.

Mas da casa, nada. Ou melhor: da casa enquanto objeto demolido, enquanto estrutura removida, enquanto ato técnico. Nada. Nenhum registro de caçamba. Nenhuma nota de serviço. Nenhum pagamento. Nenhuma assinatura de execução. A casa some do registro. Mas Nélio permanece em pedaços soltos de outros arquivos.

13/07/07

10:17

Estive hoje na Diretoria de Obras. Solicitei acesso ao arquivo morto. A funcionária fez cara de desânimo. Disse que parte dos registros entre 2005 e 2007 está “*em processo de reclassificação*”. Pedi o que estivesse acessível. Abri 24 pastas. Nada da casa. Mas em três delas havia referências soltas a Nélcio. Em uma, um protocolo de solicitação de conserto de meio-fio. Em outra, um pedido de podas — negado. Em uma terceira, uma anotação feita a caneta azul com seu nome abreviado: N. V. Ferreira. A letra era firme.

Tudo que busco não aparece. E tudo que não busco insiste em vir à tona.

16/07/07

11:34

Hoje, por meio de um recado informal, fui chamada ao gabinete do prefeito. Não havia intimação formal. Apenas um convite escrito em agenda compartilhada. Fui.

O clima era seco. O chefe de gabinete falou em tom ameno, mas direto:

— Estamos às vésperas do Festival de Cinema. Vai ser um dos maiores dos últimos anos. Gramado está no radar nacional. O prefeito quer evitar qualquer ruído. Essa coisa da casa já durou demais.

Fiquei em silêncio. Ele continuou:

— Nos preocupa que isso ganhe fôlego fora do controle institucional. Com os turistas chegando, tudo amplifica. O prefeito gostaria que esse processo estivesse encerrado antes da abertura do festival.

Respondi que ainda há diligências pendentes. E que a administração já havia estabelecido, por norma, os prazos regulamentares para a elaboração e conclusão de uma sindicância, inclusive sobre os seus prazos e tempo. Ele sorriu, leve:

— Claro. Mas o tempo é um recurso político. E a função também.

Sai de lá sem ofício, mas com o aviso escrito no ar: querem resolução rápida. Não importam os meios. Importa que tudo pare de reverberar antes da chegada das luzes, das câmeras e dos repórteres.

17/07/07

18:55

Fico pensando em como todos, desde o início, falam da casa. A casa que sumiu. A casa que não está mais lá. A casa que aparecia nas fotos. Mas quase ninguém fala dele. De Nélcio. O homem. O requerente. O que assinou a demolição de próprio punho.

Fico com a sensação de que a casa virou um ponto de fuga. Um atalho. Um modo de não falar do que incomoda mais: um homem que se retira com ordem, com decência, com gestos claros. Que apaga sua própria pegada antes que a rua o engula. A casa some porque o homem quis. Mas falar disso parece mais perigoso do que falar de planta baixa.

A cada documento que consulto, o centro se desloca. A casa se dissolve. Mas ele, Nélcio, volta. Nos papéis, nas dobras, nas canetas azuis.

E o que querem é que eu resolva. Que conclua.
Que encerre.

Mas o processo, neste ponto, não é mais sobre
uma casa. É sobre um homem que decidiu sair
limpo.

E talvez isso seja mais difícil de apagar do que
gostariam.

Capítulo 12. Ele não Pisava nas Faixas

Declaração: Carlos Chagas, agente de trânsito

Era o tipo de homem que atravessa a rua sem marcar o asfalto. Eu reparava porque essa é minha função: observar a travessia. E ele tinha uma coisa rara de ver hoje em dia. Não atravessava nas faixas. Mas não era por rebeldia. Era por outro cálculo. Um cálculo mais silencioso.

Ele esperava. Sempre. Mesmo quando não vinha carro. Ele parava, olhava, dava um ou dois passos para o lado, e atravessava no ponto onde o meio-fio não estava quebrado. Como se escolhesse o lugar certo para o pé não pesar.

A primeira vez que reparei foi num plantão de segunda. Ele vinha do lado sul, perto da padaria, casaco marrom, sapato claro, pasta preta. Andava como quem carrega o dia dobrado por dentro. Não olhava pros lados, mas via tudo.

Outros atravessavam com pressa, celular na mão, passo aberto. Ele não. Tinha um jeito de

contornar os outros, de abrir espaço, de existir sem esbarrar. Nunca usei apito com ele. Nunca precisei.

Teve um dia em que um carro parou fora da linha, invadindo a faixa. Ele parou também. Ficou ali, com o pé suspenso, como se esperasse que a rua respirasse de novo. E só atravessou quando o carro recuou.

Atravessar, pra ele, era um ato pensado. Como se não bastasse o sinal. Como se fosse preciso ouvir o chão.

Nunca o abordei. Nunca precisei. Mas um dia, ao fim do meu turno, vi que ele havia deixado cair um papel. Peguei. Era um comprovante antigo, com a assinatura dele. Letra firme. Data exata. O papel não estava amassado. Tinha caído limpo, como ele.

Depois disso, comecei a reparar se ele voltava. Voltava. Sempre no mesmo trecho. Sempre com a mesma leveza.

E então parou.

Hoje, quando vejo alguém atravessando sem olhar, penso nele. No cuidado de pisar onde a rua não se quebra. No tempo certo de esperar. E no tipo de homem que, mesmo fora da faixa, atravessa melhor que qualquer um.

Capítulo 13. A Ex-Noiva que não Casou

Declaração: Maria Aparecida Vangelis, Ex-Noiva de Nêlio

Fomos noivos por oito meses. Daqueles noivados antigos, com aliança comprada em três vezes e domingo reservado pra visitar a mãe. Eu trabalhava na papelaria, ele já estava no cartório. Não foi paixão, foi acerto. Ele me fazia bem. Me ouvia. E nunca levantava a voz.

O pedido foi simples: num banco da praça, com a caixinha de veludo torta no bolso do casaco. Disse só: “Se quiser, eu fico.” Eu entendi. Disse que sim.

Mas eu não fiquei.

Ele era bom demais. Do tipo que nunca esquece uma data, que segura a porta, que ajeita o talher na mesa. E eu, naquela idade, queria outra coisa. Queria barulho, filme fora de hora, aventura de estrada. Ele oferecia estabilidade — e eu não soube receber.

Foi covardia, talvez. Ou só pressa. Achei que ele era pouco. Hoje vejo que era muito. Mas naquela época, confundi serenidade com tédio. E fui.

Ele não tentou me impedir. Uma semana depois, deixou a aliança na papelaria, enrolada num lenço limpo. Nenhuma palavra. Só o gesto.

Guardei por anos. Depois joguei fora. Guardei de novo, num envelope. Joguei fora de novo. O gesto não se desfazia.

Nunca mais soube dele. Não por culpa dele — por minha. Porque eu nunca procurei. E ele, imagino, não seria o tipo que volta a um lugar onde já foi descartado.

Às vezes penso que ele me amou do jeito mais certo: sem cobrança, sem insistência, sem espetáculo. Só ficou firme até o fim. E depois, foi.

Se ainda está vivo? Não sei. Se casou? Duvido. Era o tipo de homem que carrega o mundo por dentro, mas não mostra. E se some, não deixa pegada.

Teve um dia, uns anos depois, que sonhei com ele. Estávamos sentados de novo no banco da praça, mas sem veludo, sem aliança, sem fala. Ele só me olhava. E eu entendia tudo. Acordei com vontade de escrever, mas o que se entende desse jeito não vira frase. Vira memória.

Às vezes, no ônibus, quando vejo um homem calado com pasta no colo, penso que pode ser ele. Mas nunca é. Ou talvez seja — mas já não quer ser visto. E eu respeito.

Ele tinha esse tipo de dignidade. A que não exige. A que não cobra presença. A que some limpo, mas nunca por inteiro.

Hoje entendo o que não entendi naquela idade. Que há gente que é inteira mesmo no silêncio. Que amar nem sempre é tumultuar. Que ser bom demais não é defeito — é chance.

Mas a vida é assim. A gente aprende depois. E quando aprende, já passou. Não dói. Mas fica.

Nunca mais noivei. Nem por falta de gente, nem por medo. Mas talvez porque, mesmo sem dizer, ele me ensinou o que é amor que não se impõe. E esse, a gente só encontra uma vez.

Capítulo 14. O Caderno de Tinta Azul

Declaração: Zulmira Mira, ex-estagiária do Cartório

Entrei no cartório como estagiária do segundo ano, em 2004. Trabalhava três vezes por semana, quase sempre à tarde. A mesa dele ficava na ponta, perto da estante das pastas verdes. Era organizada como se não tivesse dono: limpa, simétrica, sem excesso. Nem foto, nem caneca, nem papel solto. Só uma pasta fina, um carimbo e um caderno de capa preta.

Era esse caderno que me chamava a atenção. Ele escrevia ali com tinta azul. Sempre azul. A caneta era antiga, daquelas de rosca. E a letra... a letra parecia desenhada.

Nunca o vi falando alto. Na verdade, acho que nunca o vi falando muito. Respondia o que se perguntava, mas não prolongava conversa. Tinha um modo educado de encerrar sem cortar. Como se fechasse a porta com delicadeza.

Um dia, precisei de uma assinatura dele para arquivar um documento. Quando levei, ele apontou onde assinar e disse: “*Cuidado com a data. Aqui o tempo não é detalhe.*” Anotei isso num caderno meu. Porque era bonito. Porque parecia importante.

Depois que ele se aposentou, a mesa ficou vaga por semanas. Ninguém queria sentar ali. Diziam que era fria. Ou que dava azar. Mas eu sabia que era outra coisa. Era silêncio. E o silêncio dele era muito vivo.

Foi só no último mês do estágio que encontrei o caderno dele. Alguém colocou entre os materiais a serem descartados. Eu reconheci a capa. Abri. Estava quase todo em branco. Mas nas primeiras páginas havia anotações de serviço — endereços, protocolos, datas. E depois, frases. Pequenas, curtas, soltas. Algumas pareciam poemas. Outras, lembretes que ninguém entenderia. Mas todas com a mesma tinta azul.

Não mostrei pra ninguém. Nem fiquei com ele. Coloquei de volta onde estava. Achei que não devia tocar no que foi deixado assim, limpo.

Até hoje lembro de uma frase, escrita no canto da página:

“Quando eu sair, tudo seguirá. Mas não da mesma forma.”

E é verdade. O cartório seguiu. Os turnos, os carimbos, os atendimentos. Mas a mesa dele, mesmo ocupada, nunca mais ficou inteira.

Capítulo 15. O Último Corte de Cabelo

Declaração: Pedro Navva, barbeiro

Eu cortei o cabelo dele pela primeira vez quando ele tinha uns sete anos. Era um piá quieto, desses que não fazem manha, nem mexem a cabeça. Sentava reto, olhava pra frente. Não perguntava nada. Respondia só o que precisava.

O pai trazia. Depois o irmão mais velho. Depois, ele vinha sozinho. Sempre no primeiro sábado do mês, perto das dez. Tinha gente que vinha pra conversar. Ele, não. Vinha pra cortar o cabelo. E sair como entrou: limpo.

A gente tem freguês que vem e vai. Ele não. Ficou. Mesmo depois que cresceu, mesmo depois que começou a trabalhar no cartório, mesmo depois que ficou grisalho. Só mudou o corte. No começo era mais rente, depois deixou a lateral crescer. Mas nunca exagerou. Era homem de equilíbrio.

Falava pouco. Às vezes fazia um comentário sobre o tempo. Ou perguntava se o meu neto ainda estava na escola. Mas nunca puxava assunto que não fosse da hora. Era como se respeitasse o ofício do silêncio. E barbeiro velho sabe: tem corte que é conversa, e tem corte que é pausa. O dele era pausa.

Um dia, notei que ele estava com uma cicatriz atrás da orelha. Nova. Não perguntei. Mas mudei a posição da lâmina. Ele percebeu. Fez que sim com a cabeça. Era assim: tudo dito sem dizer.

No penúltimo corte, trouxe uma foto velha. daquelas desbotadas. Ele apontou pro menino da esquerda e disse: “*Esse era meu irmão.*” E depois ficou quieto. Cortei o cabelo dele em silêncio. Guardei a imagem.

O último corte foi estranho. Chegou na hora de sempre. Sentou. Mas antes de eu cobrir com a capa, ele tirou do bolso um envelope pardo. Me entregou. Dentro, uma nota de agradecimento escrita à mão. Nada grandioso. Só: “*Obrigado por cortar o mesmo cabelo por tantos anos.*” Assinado: N.”

Não pediu desconto. Não pediu favor. Só cortou. E saiu como sempre. Mas eu sou barbeiro velho. Sei quando é a última vez.

Depois disso, esperei um mês. Dois. Três. Não voltou. Um dia, alguém comentou que a casa dele tinha sumido. Achei exagero. Casa não some. Mas ele sumiu. Isso eu sei.

Guardei o envelope. Tá na gaveta da minha bancada. Às vezes penso em jogar fora. Mas tem silêncio que não se varre.

Hoje em dia, tem menino que vem e mostra no celular como quer o corte. Eu corto. Faço o que pedem. Mas volta e meia, olho pra cadeira e lembro dele. Sentado, reto, sem pressa. Um homem que sabia sair.

Capítulo 16. A Casa que Gostava de Ser Habitada

Uma fábula

Era uma vez uma casa pequena, de telhado simples e porta de madeira que rangia com o vento. Ela não se achava grande, nem bonita, mas tinha um orgulho secreto: gostava de ser habitada.

Foi erguida com cuidado, tijolo por tijolo, por um homem calado que nunca falou alto dentro dela. Ele não batia portas, não deixava as luzes acesas sem motivo, não arrastava móveis. Andava devagar, punha o café no fogo com gestos medidos e abria as janelas todas as manhãs. A casa adorava isso. Sentia-se acordada quando ele deixava o sol entrar.

Ela sabia quando ele estava triste. E, para consolar, deixava o chão ranger menos. Quando ele estava alegre, deixava o cheiro da madeira subir mais forte. Os dois viviam num tipo de entendimento silencioso.

Os anos passaram. Não havia visitas, nem festas. Mas havia rotina. E a casa achava que isso era forma de amor. O homem limpava as calhas antes da chuva, cuidava das dobradiças, pintava os batentes a cada primavera. Nunca com exagero. Sempre com gesto exato. Era como se ele dissesse, sem palavras: *“Eu sei que você está aqui.”*

Mas um dia, a casa percebeu que ele demorava mais no quintal. Depois, que escrevia mais. Depois, que falava com menos gente. E um dia, ele chegou com um papel. Sentou-se à mesa, escreveu com caneta azul, e guardou.

Naquela noite, a casa sonhou. Sonhou que era levada pelo vento, mas sem medo. Sonhou que era leve. Que seus tijolos eram do tamanho exato do esquecimento. Que podia virar um ponto de sombra onde nenhum mapa alcançava.

Na manhã seguinte, ele acordou mais cedo. Varreu o chão, lavou a xícara, deixou a chave sobre a mesa. E então parou no centro da sala, olhou em volta, e fechou os olhos. A casa sentiu. Era despedida.

Mas ele não foi embora.

Porque, naquela mesma noite, a casa também desapareceu.

Não houve ruído, nem poeira, nem entulho. Apenas um espaço liso no lugar onde antes havia uma porta. Os vizinhos não entenderam. Os registros não explicaram. Mas havia paz no ar.

Dizem que, de vez em quando, quem passa por ali sente um cheiro leve de café. Ou ouve o estalo da madeira antiga. E que se fechar os olhos por um instante, pode jurar que há um homem sentado junto a uma parede que não existe mais.

E a casa? A casa continua gostando de ser habitada. Mas agora é habitada pelo gesto.

E o homem? O homem continua vivendo dentro da casa que ele soube amar.

Porque algumas presenças, quando se amam em silêncio, aprendem a desaparecer juntas.

Fim.

Capítulo 17. O Diário de Lúcia

Parte 4

19/07/07

9:14

Encontrei o texto dobrado no fundo de uma pasta do antigo acervo da Escola Municipal Octávio Saldanha Mazza. Sem assinatura, sem carimbo, mas com uma caligrafia conhecida: letras firmes, inclinadas para a direita, com os “l” cruzados com exatidão. Era uma fábula. Pequena. Intitulada: "*A Casa que Gostava de Ser Habitada*".

Li duas vezes, de uma só vez. E pela primeira vez desde que comecei essa sindicância, senti que compreendi algo que nenhum protocolo me ensinaria. Ali, entre uma casa de madeira e um homem de café simples, estava o gesto inteiro que me escapava desde o início. Um desaparecimento que não era abandono, nem falha, nem erro de sistema. Mas escolha. Um ato ter-

no de retirada. De quem sabia que sair também pode ser forma de cuidar.

Voltei para minha sala com o papel na bolsa. Não vou anexar à sindicância. Não é documento funcional. Mas vou guardar. Porque ele me permitiu olhar tudo com outros olhos.

20/07/07

10:03

Reabri o dossiê. A sequência dos documentos é clara: pedido de demolição regular, assinaturas conferidas, ausência de registros de execução, nenhum entulho. E depois, o vazio. Não um buraco, mas um silêncio. Um espaço limpo demais. Como se tivesse sido varrido com intenção.

Com a fábula na cabeça, reli os depoimentos. Todos falam do homem como quem viu um rio: passava. Fluía. Nunca perturbava o leito. E um dia, sumiu.

Começo a acreditar que ele não queria ser procurado. Queria apenas deixar de incomodar. Como uma casa que se apaga para não virar ruína.

23/07/07

16:18

Mas...

O sistema foi acessado ontem à noite — domingo. Um usuário interno alterou a descrição de um dos documentos antigos. O campo de “*observação técnica*” do protocolo 2148/05-ARQ agora aparece como “*demolição executada por terceiros não identificados*”. Isso não estava lá até três dias atrás.

Solicitei o histórico de modificações. Mas a auditoria está temporariamente indisponível. “*Erro de comunicação com o servidor*”, segundo a TI.

Começo a desconfiar que há mais gente tentando apagar a casa do que tentando entendê-la.

24/07/07

18:47

O Gabinete do Prefeito voltou a cobrar. Agora por ofício. Querem previsão de encerramento. Justificam com a expressão: “*Interesse institucional preventivo em razão da exposição midiática iminente.*”

Recebi também, de forma não oficial, a visita de um assessor. Veio com simpatia excessiva. Disse:

— Estamos todos torcendo pelo seu bom senso.

Guardei o papel da fábula na gaveta. Não para esquecê-lo. Mas para lembrar que esse gesto que estou investigando não pode ser reduzido a uma função.

Sei o que esperam de mim. Uma conclusão funcional. Um encerramento. Um parecer que diga: "Nada de irregular." Mas há algo mais grave aqui. Não é só a casa. É o modo como estão tentando limpar o que foi limpo por vontade.

25/07/07
9h12

A fábula ainda está comigo. Leio de novo. “*Porque algumas presenças, quando se amam em silêncio, aprendem a desaparecer juntas.*”

Se isso não é razão suficiente para respeitar o gesto de um homem, não sei o que mais seria.

Mas a Prefeitura quer protocolo. E protocolo exige conclusão.

Talvez seja hora de escrever o primeiro rascunho do relatório. Mesmo sabendo que nenhum parecer vai dar conta do que se apagou com tanta dignidade.

Capítulo 18. Antes que Derrubem

Texto apócrifo, encontrado nos Arquivos da DO

Não escrevo para ser lembrado. Escrevo para concluir. O que não termina, pesa. O que não se nomeia, vaza.

Comecei pelo armário. Por dentro. As prateleiras saíram como folhas secas. Depois os fundos. Os parafusos giraram leves, como se já tivessem aceitado. Tirei os vidros com cuidado. Embalei. As telhas descí uma a uma, como se desfizesse um pensamento antigo.

A casa se entregava. Sem lamento. Sem estalo que acusasse dor. Era um corpo que sabia que seu tempo tinha passado. Mas era também um corpo que me conhecia.

Eu a vi nascer. Levantei cada parede como quem ergue abrigo para um gesto futuro. E mori nela como quem ocupa um lugar que o espera. Cada cômodo me devolvia em silêncio o que o mundo tirava em ruído.

Ela soube de mim mais do que qualquer pessoa. Guardou meus passos, meus horários, meus cadernos. Acompanhou meus silêncios longos, meu café quente, meus dias limpos. E nunca cobrou presença. Bastava estar.

Fui guardando tudo. Mas não para reutilizar. Era para recolher com dignidade. Como quem desmonta um altar e devolve cada parte ao silêncio.

Não houve pressa. O requerimento foi preenchido à mão. A assinatura, com caneta azul. Tudo em ordem. Tudo dentro. Nada escondido.

A rua seguiu. Os vizinhos seguiram. O mundo, como sempre, não se deteve. Mas eu fiquei. Para ouvir o último gesto da casa. Para não deixá-la sozinha.

Não deixei retrato. Nem carta. Nem pista. Deixei o espaço. E um espaço limpo é mais claro do que qualquer explicação.

Vão procurar entulho. Não vão achar. Vão buscar vestígios. Só vão encontrar ausência. Mas ausência bem-feita fala. Diz mais que excesso.

Escrevo para quem um dia perguntar: por que a casa sumiu?

Escrevo porque talvez tentem contar de outro jeito.

E eu não queria que dissessem: derrubaram.

Não. A casa não foi derrubada. Foi desfeita.

E fui eu.

Desmontei devagar, como se pedisse licença. Parte por parte. Como se ela respirasse comigo. Como se soubesse que partir assim era melhor do que esperar a queda.

Porque eu a amei. A casa sabia. E eu sabia dela. Sabia o rangido da porta antes da chuva, o modo como o piso esquentava de tarde, a sombra exata da varanda às seis. Tínhamos um acordo mudo: eu cuidava dela, e ela me sustentava inteiro.

E uma casa amada não merece o peso do abandono. Merece um gesto limpo, inteiro, o gesto final de quem esteve — e soube sair.

Talvez, um dia, alguém passe por ali e sinta um cheiro leve de café. Ou um vento diferente no meio do nada. Isso basta.

Não quero placa. Nem nome. Nem frase no jornal. Mas se lembrarem da casa com ternura, já é bastante.

Porque às vezes, amar é isso: desaparecer junto.

E deixar o espaço exato onde o amor se cumpriu.

Capítulo 19. O Diário de Lúcia

Parte 5

25/07/07

17:45

Solicitei à Diretoria de Obras o envio dos protocolos arquivados entre 2005 e 2007 que envolvessem demolição, terraplanagem ou reestruturação de quadra urbana. Vieram sete caixas. Todas etiquetadas, mas com indexação irregular.

Na quarta caixa, entre folhas sobre poda de árvores e troca de meio-fio na Rua Alzira, havia um envelope pardo, sem carimbo. Nenhum número de protocolo. Nenhuma identificação funcional. Dentro, uma única folha escrita à mão. Papel encorpado, caneta azul, letra firme.

Comecei a ler ali mesmo, de pé, com a mão ainda dentro da caixa. Ao final da segunda linha, soube que era ele.

Não havia assinatura. Mas era ele. A voz, o ritmo, o gesto. Um relato direto, limpo, como tudo que Nélcio fez. Descrevia com detalhes a desmontagem da casa. Não como um desabafo. Como um rito.

“Desmontei devagar, como se pedisse licença. Parte por parte. Como se ela respirasse comigo.”

Li e reli. A primeira vontade foi anexar ao processo. Seria a prova derradeira. Mas não consegui. Autoria não identificada. Algo no texto resistia à função. Não foi escrito para justificar. Foi escrito para encerrar.

Deixei o envelope comigo. Vai comigo até o fim.

26/07/07

08:01

A partir de agora, não é mais uma sindicância.
É uma escuta.

Vou redigir o relatório. Mas sem fingir que isso resolve o caso. Não há irregularidade que justifique abrir uma falta. Não há ilegalidade formal. Há um gesto.

E diante de um gesto assim, o que cabe à administração é aceitar que nem tudo pode ser arquivado como erro.

27/07/07

11:36

Anexo ao meu caderno, com clipe de papel, o relato que estava no envelope. Não será parte do processo. Mas é a única coisa que, de fato, me explicou tudo.

A casa não foi demolida. Foi desfeita. Não por abandono. Mas por amor.

E o que foi deixado não foi ruína. Foi um espaço justo. Onde um homem e sua casa aprenderam, juntos, a desaparecer.

Capítulo 20. Conclusão?

RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA Nº 402/07

Assunto: Apuração preliminar sobre a ausência de registro conclusivo relativo à solicitação de demolição de imóvel situada na Rua das Perdizes, nº 88, Bairro dos Ipês.

Relatora: Lúcia Helena F. Martins

Cargo: Auditor Administrativo

Órgão: Controladoria Interna

Data: 27 de julho de 2007.

I. CONTEXTO E MOTIVAÇÃO

A presente sindicância foi instaurada a partir do Protocolo 402/07, motivada por inconsistências documentais referentes à suposta demolição do imóvel anteriormente localizado no endereço acima referido. O objeto da apuração consiste em verificar a conformidade

dos procedimentos administrativos, técnicos e fiscais associados à retirada da edificação.

A investigação envolveu análise documental, diligências no local, consulta a registros da Secretaria de Obras e entrevistas informais com servidores e moradores do entorno.

II. ELEMENTOS LEVANTADOS

1. Consta nos arquivos da Secretaria de Obras o protocolo 2148/05-ARQ, datado de 1 de fevereiro de 2005, com requerimento de demolição voluntária preenchido de próprio punho por Nélvio Vicente Ferreira. A documentação está regular quanto à titularidade e ausência de pendências tributárias.

2. Não há registro formal da execução da demolição. Ausência de nota de camba, laudo de retirada, vistoria final ou baixa no sistema técnico. O imóvel deixou de constar nos cadastros atuali-

zados, mas sem documentação de transição.

3. O terreno atualmente se encontra murado, limpo e sem sinal visível de intervenção recente. A área apresenta nível e acabamento compatíveis com retirada organizada, porém sem documentação comprobatória.

4. Não há denúncia de terceiros, nem ocorrência de dano público, ambiental ou urbanístico relacionada ao fato. O caso ganhou notoriedade não por impacto direto, mas por questionamentos populares e circulação de relatos na mídia local e redes sociais.

5. Há registro de manifestações públicas em torno da ausência da casa, mas não se encontrou, até o momento, documento técnico ou servidor responsável pela execução da remoção.

6. Durante o processo de apuração, foi identificado documento manuscrito, não protocolado, sem assinatura, contendo descrição compatível com o ato

investigado. O conteúdo, de natureza pessoal e narrativa, foi descartado da sindicância por ausência de elementos comprobatórios e autoria definida.

III. CONCLUSÃO

Considerando:

- (a) a existência de requerimento formal de demolição;
- (b) a ausência de registros sobre a execução técnica do ato;
- (c) a inexistência de dano objetivo ao patrimônio público;
- (d) e a insuficiência de elementos para imputação de responsabilidade administrativa;

Esta sindicância recomenda:

1. Arquivamento do presente processo por ausência de infração administrativa verificável;
2. Inclusão do protocolo 2148/05-ARQ em observação permanente para reaber-

tura futura, caso surjam novos elementos comprobatórios;

3. Registro de orientação à Secretaria de Obras quanto à necessidade de encerramento formal de protocolos com execução presumida;

4. Preservação do histórico documental do caso para fins de controle interno e eventual estudo técnico sobre lacunas processuais.

É o que tenho a relatar.

Lúcia Helena F. Martins
Auditor - CI.

Capítulo 21. O Diário de Lúcia

Parte 6

27/07/07

18:55

Hoje encerrei o relatório. Ou melhor: finalizei o que é exigido dele. Arquivei as cópias, consolidei os anexos, assinei a conclusão. Fiz o que me cabia no papel da função de sindicante. Mas o gesto central — aquele que me foi entregue sem que ninguém assumisse — não se deixa arquivar.

Nas últimas páginas do relatório, está o parecer técnico: “*Conclusão: não há irregularidades comprovadas. Recomenda-se arquivamento por ausência de objeto verificável.*” E está correto. O texto cumpre sua função investigativa. Mas nada ali explica o que resiste, silenciosamente, no espaço deixado pela casa.

Durante semanas, o que parecia uma sindicância de rotina me obrigou a habitar um intervalo

estranho: entre o que deve ser concluído e o que não quer ser nomeado. Nunca investiguei tão poucos fatos e, ao mesmo tempo, tão vasto silêncio. Os documentos tinham buracos. As pessoas, hesitação. O terreno, uma ausência viva.

Ainda pela manhã, tirei da gaveta a fábula encontrada no acervo da escola. Reli pela quarta vez. Não há assinatura, nem carimbo, nem título oficial. Apenas um texto sobre uma casa que gostava de ser habitada — e que um dia, junto ao homem que a amava, desapareceu sem ruído. Como quem sabe a hora certa de partir.

Dobrei o papel com cuidado e o inseri na contracapa do relatório. Não será digitalizado. Não consta no sistema. Fica como ficou tudo nesse caso: à margem do procedimento, mas no centro do sentido.

Por volta das seis, fechei a repartição e saí sem rumo. Era sexta-feira. O sol baixo iluminava as fachadas com uma delicadeza que só fim de expediente conhece. Em algum momento, meus passos me levaram de volta à Rua das Perdizes. A rua onde a casa esteve. A rua onde ainda ecoa algo que não cabe em ata.

O portão segue trancado. O terreno, murado. Nenhum entulho. Nenhum ruído. E mesmo assim, algo pulsa. Há ali um vaso, simples, encostado no muro. Flores brancas. Nenhum sinal de água. Nenhum gesto visível de cuidado. Mas as pétalas seguem abertas.

Aproximei-me com o mesmo cuidado que tive ao virar a última página do processo. Ajoelhei. Toquei o chão. Estava frio. Mas num ponto exato, no que teria sido a entrada, o concreto mantinha um resquício de calor. Fraco. Persistente. Como se um corpo recente ainda respirasse ali por baixo.

Talvez seja fantasia. Talvez seja a forma como o real nos permite entender só aquilo que podemos suportar. Mas naquele instante, entendi. Nélcio não demoliu a casa — ele a desfez, gesto por gesto. Não sumiu — transformou-se. Tornou-se ausência exata. Virou borda.

Sentei por alguns minutos na calçada. O céu mudava de cor devagar. Um cachorro latiu ao longe. Uma criança atravessou a rua com um pacote de pão. Ninguém me notava. E foi aí que percebi: é assim que o gesto sobrevive. Sem

alarde. Sem placa. Sem decreto. Apenas no espaço que ele deixou — e na forma como esse espaço insiste em não se apagar.

No caminho de volta, parei no Café da Letícia. Ela me reconheceu e apontou, sem palavras, para a mesa do canto. A mesa dele. Sentei. O café, da garrafa antiga, já estava servido. Estava quente. Tinha gosto de árvore.

Fiquei ali por um tempo que não sei medir. A janela embaçada devolvia a imagem do que passa, mas também do que permanece. Um casal discutia em silêncio. Um entregador amarrava a mochila. Um homem solitário mexia no bolso do casaco como se procurasse um papel antigo.

Voltei a pé até a repartição. Luzes apagadas. A cidade em ruído baixo. Subi pelas escadas. Não precisava registrar nada. Só encerrar. Antes de ir, abri o relatório mais uma vez. Toquei a contracapa onde guardei a fábula. Estava ali, dobrada. Como um recado sem destinatário.

Senti vontade de procurá-lo. Tentar alguma pista — cartório, hospital, cadastro antigo, qualquer coisa. Mas até isso parecia contra o gesto.

Quem se retira assim não quer ser buscado. E eu compreendi.

E mesmo assim me pergunto: onde está Nélío? Essa é a pergunta que não fui capaz de responder. Talvez esteja vivo, entre nós, caminhando como sempre caminhou — sem pisar nas faixas. Talvez tenha partido sem cerimônia. Talvez tenha apenas se escondido no ponto mais limpo da cidade. Ou talvez, como a casa, tenha se tornado só forma — sem volume, sem endereço.

Sei apenas que deixou uma ausência com peso de presença. Ninguém fala dele no passado, mas ninguém o vê. Sua falta virou contorno. E o contorno permanece.

Deixo este último registro não como prova, mas como escuta. Uma forma de dizer que estive aqui. Que vi. Que acompanhei o gesto até o fim.

E que, mesmo quando tudo some, o chão ainda guarda a pegada.

Não por acaso, pensei na cidade como um corpo. Um corpo que apaga com o tempo os nomes que lhe deram forma, mas preserva marcas

fundas quando o gesto foi inteiro. Nélío fez um gesto. E o gesto é o que sobra quando a função cessa, quando a assinatura caduca, quando a casa desaparece.

O relatório está na mesa do protocolo. A fábula segue dobrada entre as páginas. Sei que em algum momento ela será removida, esquecida, talvez triturada. Mas também sei: enquanto alguém a tiver lido, enquanto alguém lembrar do gesto, a fábula cumpre sua função. Como a casa. Como ele.

Nunca conheci Nélío. Mas sinto que estive em sua companhia. Por sobre papéis, paredes já inexistentes, silêncios repetidos. Não sei se era intenção dele deixar vestígios. Mas não há como apagar o que se desenha com cuidado.

Termino agora. O prédio da repartição está escuro. Apenas a luz fraca do corredor acesa. Já não me pesa a dúvida. Mas carrego a pergunta como se fosse uma senha: onde está Nélío? Onde está o que ele deixou, além da ausência?

Talvez em cada gesto que não se explica. Em cada cuidado que ninguém vê. Talvez em cada servidor que desaparece quando deixa de produ-

zir — mas não some. Só muda de forma. Como ele.

É isso. Agora sim, encerro.

E amanhã, quando a cidade recomeçar, talvez alguém sinta, num ponto exato da calçada, um calor estranho vindo do chão.

Epílogo. O Eco da Casa

Narradora: Odete Valdez, vizinha da frente

Não sou de escrever. Nem de falar muito. Mas guardei essa história tempo demais comigo, e agora sinto que, se não conto, ela evapora.

Moro aqui há trinta e seis anos. Vi gente chegar, gente partir, vi casas virarem sobrados, vi muros crescerem e janelas sumirem. Mas não vi outra casa como a da frente. A da Rua das Perdizes, número 88.

Nélio morava lá. O senhor de passos leves, que saía sempre com a mesma pasta e atravessava a rua como se conversasse com o asfalto. Nunca me disse mais que bom dia, mas também nunca me negou o aceno. Era o tipo de vizinho que não incomoda, mas marca presença. Como um banco de pracinha que ninguém usa, mas que todo mundo sabe que está lá.

Um dia, a casa sumiu. Assim. Sem barulho. Sem caminhão. Sem entulho. Um dia estava.

No outro, já não. No lugar, um chão limpo, um muro discreto, e um silêncio novo que se espalhava. Dizem que foi regular, que teve pedido, protocolo. Mas até hoje, ninguém soube dizer direito para onde foi o dono, nem o que houve com a casa. Alguns dizem que ele morreu. Outros que foi embora sem avisar. Eu, sinceramente, nunca acreditei em nenhuma das duas versões.

Os anos passaram. O terreno continuou vazio. O muro ganhou hera. Um dia apareceu um vaso com flores, e as flores nunca murchavam. Nunca vi quem trouxe. Nunca vi quem levou.

Mas foi só agora, depois de tanto tempo, que algo diferente aconteceu. E foi com meus olhos que vi.

Era fim de tarde. A luz fazia sombra comprida no asfalto. Eu tomava meu chá, como sempre, perto da janela. E então vi.

Um menino. Do outro lado da rua. Em frente ao terreno. Sozinho. Magro, de cabelos bem penteados, camisa clara, calça alinhada. Vestido como se vestia Nélio. Não era pareço. Era repetição.

Mas o que me prendeu não foi o menino. Foi o que veio depois.

Atrás dele, no terreno vazio, começou a surgir um contorno. Fraco, como fumaça. Uma sombra que lembrava uma varanda. Uma porta. Uma janela. A casa.

Era como se o terreno se lembrasse.

O menino deu três passos e parou exatamente onde seria a entrada. A sombra da porta se intensificou. A casa não era maciça. Era feita de tempo. Um tempo empoeirado, que tremia no ar como miragem.

Ninguém na rua notava. Um carro passou sem reduzir. Um homem andava distraído com o celular. Mas eu via. Com nitidez estranha. A casa estava de volta, mas não para todos. Apenas para quem sabia onde ela costumava estar.

O menino ficou de frente para a porta. Olhou para cima. Como quem reconhece o telhado. Como quem se lembra do cheiro da madeira. Depois, virou-se para mim.

Por um instante, nossos olhos se cruzaram. E juro: ele sorriu. Um sorriso manso, que não pedia resposta.

Então, a casa brilhou. Como se o sol da memória a incendiasse por dentro. E num sopro, tudo sumiu. O menino. A casa. A sombra. O som. O tempo.

Apenas o muro ficou. E o vaso, ainda com flores. Intactas.

Passei horas tentando entender. Dias tentando esquecer. Mas não consegui.

Então escrevo.

Porque acho que alguns gestos não querem durar para sempre, mas desejam ser lembrados ao menos uma vez.

E talvez seja isso o que vi: um eco. Do menino que ele foi. Da casa que ela foi. Um reencontro de coisas que se gostavam e que o mundo separou por protocolo.

Mas que, por algum motivo, voltaram a se encontrar. Nem que fosse por um segundo. Para dizer que ainda estavam ali.

Agora, toda tarde, sento na janela. E espero. Talvez o menino volte. Talvez a casa volte. Talvez nada volte. Mas eu vi. E isso me basta.

Nem tudo que desaparece se perde.

Algumas coisas, quando somem, apenas voltam para onde sempre pertenceram: ao fundo da rua, ao fundo da lembrança, ao fundo do gesto.

Onde nenhuma ata alcança. Onde nenhum decreto toca.

Onde ainda mora, de algum jeito, um homem chamado Nélío.

Nota Biográfica

Augusto La Fere (Lapa, Paraná, 1973) é autor e ensaísta. Sua escrita transita entre filosofia, memória e metáfora da paisagem, explorando a tensão entre silêncio e palavra. Fundador do selo *Ars Verbi*TM, dedica-se à publicação artesanal e digital de obras sob licenças livres.

Entre suas publicações destacam-se *O Legado* (2013), *Clown* (2014), *Cartas para Ninguém* (2017), *Cinza de Bronze* (2020), *Silêncio Alto* (2024). Vive e trabalha no Paraná, atuando também em iniciativas culturais voltadas à difusão da literatura livre.

Colofão

Este livro foi composto em EB Garamond, projeto tipográfico de Georg Duffner (2008), herdeiro das formas renascentistas de Claude Garamont (c.1480–1561). A mesma caligrafia que um dia moldou contratos e escrituras agora dá corpo a uma história sobre desaparecimento e permanência. Cada traço, entre a letra e o vazio, ecoa o gesto de *Nélio Vicente Ferreira* — o homem que assinou para apagar a própria casa.

Entre carimbos e memórias, esta fonte resguarda a matéria do tempo: o tipo que se imprime e o espaço que se apaga. O livro, como o imóvel da *Rua das Perdizes*, nº 88, talvez não exista mais — mas o ato de lê-lo é o modo de reencontrá-lo.

A edição digital foi concluída em outubro de 2025, pela *Ars Verbi*TM, em Lapa, Paraná, onde as casas antigas ainda aprendem o dom de desaparecer sem ruído.



A watercolor illustration of a textured, light-brown wall with a terracotta-tiled roof. A small, leafy green plant in a terracotta pot sits on the ground in front of the wall. A white rectangular sign with a black border is mounted on the wall, displaying the text 'RUA PERDIZES, 88'. The background features soft, painterly green foliage and a blue sky.

RUA
PERDIZES,
88